

VII CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA
ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE CIENCIA POLÍTICA (ALACIP)

Colombia, Bogotá, 25 al 27 de septiembre de 2013

- **Título de la ponencia:** Desembarcando no Porto Maravilha: uma análise do impacto social trazido pela revitalização da área portuária no Rio de Janeiro.

- **Nombre y apellido del autores:** Priscila Erminia Riscado e Leonardo da Silva Petronilha Azevedo.

- **Correo electrónico:** priscila_riscado@yahoo.com.br; leopetronilha@hotmail.com

- **Institución a la cual pertenece:** Universidade Federal Fluminense.

- **Área: APP Administración pública y políticas públicas**
 - Políticas públicas, toma de decisiones y administración pública
 - Burocracia estatal
 - Descentralización y sistemas políticos subnacionales
 - Poder ejecutivo
 - Gobernabilidad y políticas públicas

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a Região Portuária do Rio de Janeiro. Procuramos observar aspectos históricos da região para compreender as transformações pelas quais esta área passa atualmente, com foco sobre as ações relativas ao projeto de revitalização da área realizada no âmbito do “Projeto Porto Maravilha”. O trabalho intitulado “Guia do Cidadão do Porto do Rio de Janeiro”, produzido pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, constitui-se em ferramenta central para realização do levantamento das principais instituições atuantes na região. Metodologicamente, optou-se por fazer um levantamento a partir da pesquisa já existente, visando observar as seguintes questões: (a) a forma como as instituições da área estão reagindo às intervenções urbanas na região; (b) como estas podem melhor se adaptar às mudanças; c) a capacidade de atuarem como mediadoras junto à população local; e d) as potencialidades para receberem investimentos públicos e privados visando transformar o “Projeto Porto Maravilha” em referência em termos de desenvolvimento social. Ao longo do trabalho, demonstramos que a Região Portuária na cidade do Rio de Janeiro é aquela na qual, historicamente, mais surgiram instituições sociais para atendimento das demandas da população ou que a represente. A Região não apenas é uma das mais antigas do Rio de Janeiro, pois que surge junto com a própria cidade, mas a que mais guardou marcas de sua história, que remete ao final do século XVII, quando já vinha se firmando como principal área de movimentação portuária. Devido à sua geografia, formada por pequenas baías e o mar calmo, a área que hoje compreende os bairros de Saúde, Gamboa, Santo Cristo e Providência recebia embarcações várias, particularmente àquelas voltadas para o embarque e desembarque de açúcar.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo central analisar a Região Portuária do Rio de Janeiro. A ideia central é observar alguns aspectos históricos da região para compreender as transformações pelas quais esta área passa atualmente – tomando como aspecto central de observação as ações relativas ao projeto de revitalização da área realizadas no âmbito do projeto “Porto Maravilha”. O trabalho intitulado “Guia do Cidadão do Porto do Rio de Janeiro”, produzido pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro constitui-se em ferramenta central para realização do levantamento das principais instituições atuantes na região. Trata-se de pesquisa em fase inicial. Portanto, os dados aqui apresentados representam o momento inicial do presente trabalho – que consiste no levantamento de dados e atividade exploratória do tema.

Metodologicamente, optou-se por fazer um levantamento a partir da pesquisa já existente, visando observar os seguintes aspectos: (a) a forma como as instituições da área estão reagindo às intervenções urbanas na região; (b) como estas podem melhor se adaptar às mudanças; c) a capacidade de atuarem como mediadoras junto à população local; e d) as potencialidades para receberem investimentos públicos e privados visando transformar o “Projeto Porto Maravilha” em referência em termos de desenvolvimento social.

Ao longo de todo o nosso trabalho, tentaremos demonstrar que a Região Portuária na cidade do Rio de Janeiro é aquela na qual foi, historicamente, onde mais surgiram instituições sociais para atendimento das demandas da população ou que a represente.

2. UM POUCO DE HISTÓRIA

A Região que estamos tratando não só é uma das mais antigas da cidade do Rio de Janeiro, pois que surge junto com a própria cidade, mas a que mais ficou carregada de marcas de sua história, pois desde o final do século XVII já vinha se firmando como principal área de movimentação portuária. Devido à sua geografia, formada por pequenas baías e o mar calmo, a área que hoje compreende os bairros de Saúde, Gamboa, Santo Cristo e Providência, recebia embarcações várias, particularmente

àquelas voltadas para o embarque e desembarque de açúcar. Possui atualmente, segundo o Censo 2010 do IBGE, mais de 48 mil habitantes.

Ao longo do século XVIII a região em destaque foi se caracterizando como a região portuária da cidade, quando começa a ser a de movimentação de mercadorias para Minas Gerais, ao mesmo tempo em que se firma como área de desembarque e estalagem de escravos. Prova disso, é que foi construído o Cais do Valongo – recentemente redescoberto.

Tendo como principal base a Prainha o que era chamado de porto desde o final do século XVIII era completada pela Praia Formosa, o Valongo, o Saco da Gamboa e o Saco do Alferes, sendo limitado pelos Morros de São Bento e São Diogo, onde se localizavam os trapiches, os armazéns e os depósitos.

Nos morros do entorno – São Bento, Conceição, Livramento, Formiga, Providência, Saúde e São Diogo – pode-se perceber o início da ocupação urbana, principalmente no caso do Morro da Conceição, além dos Cemitérios dos Ingleses, dos Pretos Novos, de uma pequena fortificação e, posteriormente, do Observatório do Valongo.

Para chegar à configuração física atual, a área foi recebendo, ao longo dos anos, novas construções e aterros de modo a atender as demandas de exportação e importação. Em estudo recente realizado sobre a área, Mariana Toledo¹ destaca que ao longo do século XX, as atividades portuárias perderam expressão, o que contribuiu para desvalorização da região e a degradação física e social. A região, hoje, ocupa a posição número 24 dentre as 32 regiões administrativas da cidade em relação ao índice de desenvolvimento humano (IDH). O IDH da Região Portuária é 0,775.

A área entre o Morro do Castelo e o Morro do São Bento pode ser considerada, segundo Toledo², como o marco zero do Porto do Rio. Lá foi estendida a primeira rua da cidade, passando pela Prainha, até chegar à base do Morro da Conceição. Isto, em 1567, dois anos após a chegada dos portugueses à cidade do Rio de Janeiro. Durante o século XVIII, caminhos foram abertos para conectar as construções religiosas aos Morros da Conceição e do Livramento, o movimento de passageiros e mercadorias e o Cais do Valongo; local do desembarque dos escravos. Até 1808, a região portuária era local de moradia de mão de obra escrava e operária devido às atividades industriais

¹ Trata-se de Dissertação de mestrado intitulada “Participação de instituições locais em projetos de revitalização urbana: o caso do Projeto Porto Maravilha na cidade do Rio de Janeiro”, defendida em 2012.

² Op. Cit.

relacionadas à exportação de café que se localizavam nas instalações dispersas e nos trapiches. A partir daí, com a abertura dos portos e a chegada da Corte Portuguesa, a região ganhou importância e passou a ser considerada a porta de entrada do país, o que perdurou durante décadas. No final do século XIX, a região já estava quase toda ocupada. No alto dos morros localizavam-se habitações e na parte baixa e plana próximo à orla, os trapiches: Pedra do Sal, dos Bastos, do Cleto, da Ordem, do Vapor, da Gamboa e outros sem nome.

O Brasil começa a se firmar neste contexto como grande produtor agrícola e exportador. No entanto, eram evidentes as dificuldades relacionadas ao transporte e ao escoamento da produção. Trabalhos como o de Rabha Pinheiro³ destacam como o porto ganha crescente importância para o país. O porto ganha ainda mais relevância desempenhando o papel de eixo da vida econômica da cidade.

O Porto do Rio continuou a se expandir. Em 1932 foram construídos o Cais de São Cristóvão, a Estação de Passageiros e o prédio do *Touring Club*. O Píer da Praça Mauá e o prolongamento do Cais do Caju foram resultados de aterros, respectivamente em 1952 e 1977. Em 1988 foram iniciadas as atividades do Terminal de Contêineres e ao final dos anos 90, ampliou-se esse campo de ação com novos terminais de carga geral/contêineres e de exportação de minério de ferro, configurando o complexo portuário atual (TOLEDO, 2012).

Em 1982, com a construção do Porto de Itaguaí, mais moderno e automatizado, muitas das atividades desenvolvidas no Porto do Rio foram transferidas para lá. Para ter uma ideia da diminuição das atividades, enquanto no ano de 2005 o Porto do Rio de Janeiro movimentou aproximadamente 8.000 toneladas, o de Itaguaí teve movimento de quase 30.000 toneladas.

Apesar do Porto do Rio ter perdido importância no cenário nacional e mundial, e a referida região não ser mais a principal área industrial da cidade; é ainda manifesta a presença do capital mercantil tanto por meio das atividades portuárias – tais como operação ou transporte de cargas – quanto àquelas voltadas ao turismo. Como destaca Toledo⁴, ainda hoje na região portuária há também uma grande concentração de estabelecimentos comerciais. Estes correspondem à quase 70% dos estabelecimentos existentes nos bairros da Gamboa e Saúde e à quase 40% existentes no bairro do Santo Cristo.

³ Trata-se de trabalho de 2004 intitulado “Porto do Rio de Janeiro: construindo a modernidade”.

⁴ Op. Cit.

Além de empreendimentos comerciais há também um grande número de trabalhadores informais que transitam todos os dias pela região, se concentrando próximo à Rodoviária Novo Rio, além de trabalhadores sazonais que se concentram na região no período de Carnaval. As instituições públicas existentes na região – tais como INT⁵, o INPI⁶, o INEA⁷, a sede da Polícia Federal, além de diversas escolas municipais – também concentram trabalhadores. Dentre as instituições privadas presentes na região, destacamos a Light, Embratel, Xerox e o grupo Bunge.

Desde o início do Século XIX, com a explosão da movimentação portuária do Rio de Janeiro desde a chegada da Corte, a transformação da cidade em Município neutro da Corte e o aumento das exportações de café, a maior parte da movimentação de carga da cidade, inclusive e principalmente escravos, foi deslocada para a região. E, ao levantarmos a história social da Região Portuária do Rio de Janeiro, podemos perceber a forte capacidade de articulação de sua população no tocante ao enfrentamento das suas condições de vida.

Atualmente, ao observamos algumas das características socioeconômicas da população residente na região – tal qual a renda e a escolaridade dos habitantes da região portuária – os dados mostram que a grande maioria dos habitantes da região (72% das famílias) possui renda de até 3 salários mínimos. Observa-se também que 44,7% dos moradores não concluíram o ensino fundamental e 2,7% são analfabetos. (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2003 apud TOLEDO, 2012). Esses dados indicam a importância da elaboração de projetos que consigam aliar desenvolvimento urbano a desenvolvimento social – sobretudo para a população residente na região portuária.

3. O CONTEXTO ATUAL: PORTO MARAVILHA : INFORMAÇÕES GERAIS⁸

A Lei Municipal nº 101/2009⁹ criou a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro. Sua finalidade é

⁵ INT é a sigla para Instituto Nacional de Tecnologia.

⁶ INPI é a sigla para Instituto Nacional de Propriedade Intelectual

⁷ INEA é a sigla para Instituto Estadual do Ambiente

⁸ As informações aqui apresentadas foram obtidas no site <http://portomaravilha.com.br/index.aspx>. Para maiores informações, consultar o mesmo. Data do acesso: 22.04.2013.

⁹ A Lei Complementar n.º 101, de 23 de novembro de 2009 modifica o Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro e autoriza o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio e dá outras providências. Fonte: http://portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/2010/06/LC101_-_23112009.pdf Data do acesso: 22.04.2013

promover a reestruturação local, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da região, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da área. O projeto abrange uma área de cinco milhões de metros quadrados, que tem como limites as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco, e Francisco Bicalho.

Esta operação urbana é uma ação da Prefeitura do Rio de Janeiro com apoio dos Governos Estadual e Federal. Além de tentar criar novas condições de trabalho, moradia, transporte, cultura e lazer para a população que ali vive, as ações tem por objetivo fomentar o desenvolvimento econômico da região. As obras apresentam duas fases: a primeira – já em andamento – inclui a construção de novas redes de água, esgoto e drenagem nas avenidas Barão de Tefé e Venezuela, a urbanização do Morro da Conceição, além da restauração dos Jardins Suspensos do Valongo.

Em julho de 2012, iniciou-se a segunda fase de trabalhos: pretende-se com ela reurbanizar toda a região até 2016, introduzindo novos serviços na área urbana, tais como coleta seletiva de lixo e iluminação pública eficiente e econômica. Como complemento às intervenções urbanísticas já mencionadas, pode-se citar algumas mudanças viárias, tais como: a demolição do Elevado da Perimetral, a transformação da Avenida Rodrigues Alves em via expressa, a criação de uma nova rota, chamada provisoriamente de Binário do Porto, e a reurbanização de 70 km de vias.

O Porto Maravilha também realizará ações para a valorização do patrimônio histórico da região, bem como a promoção do desenvolvimento social e econômico para a população. A implantação de projetos como o Museu de Arte do Rio de Janeiro (Mar), na Praça Mauá, e o Museu do Amanhã, no Pôr Mauá, ambos em parceria com a Fundação Roberto Marinho, mudam a regiam de entrada do porto. Para coordenar o processo de implantação do Porto Maravilha, foi criada a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), empresa de economia mista, controlada pela Prefeitura. A CDURP tem como principais funções implementar e gerir a concessão de obras e serviços públicos na região, além da administrar os recursos patrimoniais e financeiros referentes ao projeto.

Para atrair o interesse de investidores e conseguir financiamento para as obras de renovação urbana do Porto Maravilha, a Lei Municipal Complementar nº 101/2009 autoriza o aumento do potencial construtivo na região, ou seja, permite a construção além dos limites atuais, com exceção das áreas de preservação, de patrimônio cultural e

arquitetônico, e dos prédios destinados ao serviço público. Para explorar este novo potencial construtivo, os interessados deverão comprar os Certificados de Potencial Adicional Construtivo (CEPACs). Todo o valor arrecadado com a venda dos CEPACs é obrigatoriamente investido na melhoria da infraestrutura urbana e em serviços na região. As principais obras realizadas no âmbito do projeto “Porto Maravilha” são as seguintes:

- Construção de 4 km de túneis;
- Reurbanização de 70 km de vias e 650.000 m² de calçadas;
- Reconstrução de 700 km de redes de infraestrutura urbana (água, esgoto, drenagem);
- Implantação de 17 km de ciclovias;
- Plantio de 15.000 árvores;
- Demolição do Elevado da Perimetral (4 km);
- Construção de três novas estações de tratamento de esgoto.

Além das obras, o projeto também prevê ações na área de fornecimento de serviços gerais para a população da região e da cidade como um todo. Os principais serviços oferecidos a partir da implementação do projeto “Porto Maravilha” são:

- Conservação e manutenção do sistema viário;
- Conservação e manutenção de áreas verdes e praças;
- Manutenção e reparo de iluminação pública e calçadas;
- Execução de serviços de limpeza urbana;
- Implantação de coleta seletiva de lixo;
- Manutenção da rede de drenagem e de galerias universais;
- Manutenção da sinalização de trânsito;
- Instalação e conservação de bicicletários;

- Manutenção e conservação de pontos e monumentos turísticos, históricos e geográficos;
- Atendimento ao cidadão.

Regras Urbanísticas e Ambientais desenvolvidas a partir do projeto “Porto Maravilha”:

Para promover um ambiente urbano saudável e sustentável, as novas edificações da região deverão obedecer a parâmetros urbanísticos e ambientais específicos, tais como:

- Afastamento e recuo adequados entre as novas construções;
- Economia de consumo de água e reaproveitamento de águas pluviais e servidas;
- Economia e/ou geração local de energias limpas;
- Uso de aquecimento solar;
- Uso de telhados verdes e/ou reflexivos do aquecimento solar;
- Maximização da ventilação e iluminação natural;
- Uso de materiais com certificação ambiental;
- Facilitação de acesso e uso de bicicletas.

O projeto Porto Maravilha estabelece importantes metas direcionadas em especial a população local, denominadas como compromissos sociais do projeto. Segundo seus gestores, a operação urbana Porto Maravilha parte do pressuposto de que os atuais moradores devem permanecer na região portuária. Para tanto, pelo menos 3% dos recursos da venda dos CEPACs deverão ser obrigatoriamente investidos na valorização do Patrimônio Material e Imaterial da área e em programas de desenvolvimento social para moradores e trabalhadores. Para isso, serão oferecidos a população residente na área vários estímulos, tais como:

- Criação de habitações de interesse social;
- Instalação de creches, UPAs e escolas que atendam a densidade populacional prevista;
- Integração entre os diversos modais de transporte público, facilitando a acessibilidade e a comunicação com outras áreas;
- Recuperação da qualidade ambiental da área;
- Geração de empregos diretos e permanentes na região;
- Regularização e formalização das atividades econômicas;
- Formação profissional;
- Criação dos Programas Porto Cultural e Porto Cidadão;
- Apoio a iniciativas de desenvolvimento comunitário.

A revitalização da região portuária do Rio de Janeiro tem como objetivo central reintegrar a região à cidade. Entretanto, o projeto fornece indicadores que apontam a concepção de que uma cidade não é somente sua infraestrutura: os edifícios têm sua importância na medida em que representam a memória de um lugar. No entanto, a cidade é, sobretudo, o espaço onde o modo de vida de seu povo acontece. Onde as pessoas fazem a sua história¹⁰.

A região portuária é um lugar particular pela diversidade que abriga. Os bairros que integram a região são marcados pelos reflexos da dinâmica social, econômica e política do Rio de Janeiro e do Brasil. Lugares que marcam a história do nosso povo desde o início da colonização até os dias de hoje. A região guarda exemplos marcantes das transformações econômicas do Rio e do país, berço de elementos símbolos de nossa cultura e palco de importantes lutas por direitos sociais e liberdade.

Ao transformar a região portuária, o “Projeto Porto Maravilha” pretende, de forma concomitante, modernizar a região e preservar sua identidade; construir edifícios

¹⁰ Fonte: <http://portomaravilha.com.br/web/sup/canalSocProgValor.aspx>. Data do acesso: 23/08/2013.

novos que se integram ao seu rico patrimônio arquitetônico já existente na região; pretende promover mudanças que beneficiem os moradores e usuários da região.

Para atender estes objetivos, a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (CDURP), responsável pelo Projeto Porto Maravilha, criou os Programas Porto Maravilha Cidadão e Porto Maravilha Cultural. Ambos têm a função de articular ações do poder público e parcerias com o setor privado para fomentar e apoiar iniciativas que promovam o desenvolvimento sócio-econômico da população que hoje vive na região e a valorização do seu patrimônio histórico. Com esta estratégia, o projeto pretende contribuir, em última instância, para o fortalecimento da sociedade civil da região.

A compreensão apresentada pelo Estado e pelas instituições envolvidas no desenvolvimento do “Projeto Porto Maravilha” é a de que este – e a revitalização da região portuária de maneira geral – vai gerar uma nova dinâmica na região. Ao lado da renovação da infraestrutura urbana e da proposta da construção de um novo padrão de ocupação, o projeto pretende também preparar as pessoas – em especial a população residente na região – para as novas oportunidades de emprego e negócios que irão surgir, em especial para aquelas diretamente relacionadas ao patrimônio cultural e artístico que seriam responsáveis em aumentar a atratividade turística da região.

O ponto de partida para a realização destas ações no âmbito do “Projeto Porto Maravilha” é a identificação das iniciativas existentes na região. O projeto realizou contatos com instituições e empresas que atuam ou têm interesse em atuar na área, em especial através de seus programas de responsabilidade social. O foco central deste contato é a definição das ações a serem apoiadas pelo “Projeto Porto Maravilha” com dois de seus principais programas: o “Porto Maravilha Cidadão” e o “Porto Maravilha Cultural”.

Estes programas seriam as ligações responsáveis por complementar a chamada “operação urbana Porto Maravilha” – que consiste nas mudanças relacionadas a infraestrutura da região, que tem como objetivo central recuperar espaços urbanos degradados em benefício de sua população e da cidade como um todo. É possível integrar o poder público, o setor privado e as organizações sociais para construir uma cidade que respeita a sua história e o meio ambiente e que é cada vez mais justa para todos os seus cidadãos.

Linhas de ação do Programa Porto Maravilha Cidadão:

- Apoio a programas de habitação de interesse social;
- Formação profissional principalmente para população jovem;
- Ações de requalificação profissional para moradores;
- Absorção / integração da população ao mercado de trabalho;
- Ações de empreendedorismo;
- Educação para a cidadania, educação ambiental, educação para o trânsito;
- Produção de conhecimento sobre o processo de transformação social da região portuária;
- Incentivo à inovação tecnológica para sustentabilidade, integração e inclusão social.

Linhas de ação do Programa Porto Maravilha Cultural:

- Recuperação e restauração material do patrimônio artístico e / ou arquitetônico;
- Valorização do Patrimônio Cultural Imaterial;
- Preservação, valorização da memória e das manifestações culturais;
- Exploração econômica do patrimônio material e imaterial, respeitados os princípios de integridade e sustentabilidade do patrimônio, e inclusão e desenvolvimento social;
- Produção de conhecimento sobre a memória da região e inovação na sua exploração sustentável;
- Formação e pesquisa, incluindo a produção de publicações sobre o patrimônio material e imaterial da região portuária.

O “Projeto Porto Maravilha” tem metas que pretendem orientar suas ações. Os principais impactos esperados a partir do desenvolvimento das atividades relacionadas ao projeto são:

- Aumento da população de 22 mil para 100 mil habitantes em 10 anos;
- Aumento da área verde de 2,46 % para 10,96%;
- Aumento de 50% na capacidade de fluxo de tráfego na região;
- Redução da poluição do ar e sonora, com a retirada da Perimetral e a redução do transporte pesado na região;
- Aumento da permeabilidade do solo;
- Aumento e melhoria da qualidade da oferta de serviços públicos;
- Transformação da região em referência para a cidade.

Instituições selecionadas para compor a análise:

- Fundação Darcy Vargas – Casa do Pequeno Jornaleiro

História da instituição:

Localiza-se no Bairro da Saúde em um terreno de 6.000 m². Criado em 1940 com o objetivo de amparar os meninos que vendiam jornais e dormiam nas ruas do Rio de Janeiro – conhecidos como pequenos jornaleiros, é mantida através da contribuição dos jornaleiros da cidade do Rio de Janeiro e doadores individuais e empresariais e convênios pontuais, passando a atuar na década de 90 (o internato foi extinto, obedecendo as mudanças do ECA de 1990) com ações voltadas para jovens de 11 a 18 anos de ambos os sexos, estudantes da rede pública de ensino e moradoras da Zona Portuária, através de um programa educacional multidisciplinar, com frequência diária obrigatória, que complementa o horário escolar de crianças e adolescentes, oferecendo ainda bolsa para quem está cursando o ensino médio, contando para isso com “padrinhos sociais”.

Atualmente a fundação oferece um programa educacional para 300 adolescentes, de 11 a 18 anos de idade, com quatro horas e meia diárias de cursos e atividades diversas. É cobrada frequência diária obrigatória, complementando o horário escolar do jovem. Acompanhe abaixo algumas características:

- Complementação do horário escolar com o objetivo de fortalecer e aprimorar a formação do jovem. Para isso, o programa atende em dois turnos: pela manhã (para os que vão à escola de tarde) e à tarde (para os que vão à escola de manhã). Sendo jovens, moradores de áreas de risco, o programa permite também protegê-los, mantendo-os ocupados o dia inteiro;
- Exigência de comparecimento diário às quatro horas e trinta minutos de cursos e atividades oferecidos dentro do espaço da instituição, de segundas às sextas-feiras de 8h às 12:30h ou das 12:30h às 17h, de acordo com o turno em que o jovem estuda na escola.

Desde sua fundação, a Casa é mantida através da contribuição dos jornalistas da cidade do Rio de Janeiro e doadores individuais e empresariais, além de parcerias pontuais firmadas através de convênios. Estas parcerias se iniciam a partir de 1994. Alguns dos parceiros da instituição são o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do convênio do Programa de Apoio a Menores em circunstâncias especialmente difíceis. Esta parceria teve duração de 3 anos, no período de 1994 a 1997. Outra parceira da instituição foi a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura do Rio de Janeiro. O convênio estabelecido pelo período de 10 anos – entre 1997 e 2007 – tinha como principal foco o aspecto nutricional das crianças e jovens atendidos pela fundação.

Desde setembro de 2011 a fundação oferece cursos grátis de inglês e espanhol básico. Estes cursos são viabilizados a partir de um convênio entre o “Porto Maravilha”, a Concessionária Porto Novo e a Fundação Darcy Vargas. Os cursos de inglês e espanhol oferecidos são gratuitos e oferecidos para os moradores da Região Portuária. Os cursos estão divididos em módulos e cada um dos módulos tem a duração de dois meses e meio.

- Instituto Metodista de Ação Social – Central do Povo

História da Instituição:

O Instituto Central do povo foi fundado em 13 de maio de 1906. Motivado pelo ideal da autonomia, da salvação mediante suas próprias ações individuais, o missionário Tucker logo percebeu que não bastava o seu trabalho habitual de distribuição de material religioso na hora do almoço, pois a grande maioria dos trabalhadores envolvido na época na reestruturação do porto não sabia ler, reinventando desta forma a própria noção de religiosidade norte-americana, passando desde 1906 a atuar como um misto de entidade religiosa e assistência social, espraçando grandes projetos na região e, resumindo na sua própria existência espectros das mudanças históricas durante a República, proporcionando aos que necessitam a oportunidade do aprendizado com amor e possibilitar aos que apreendem a ajudar o próximo e transmitir estes valores.

O instituto tem sua atuação concentrada junto á comunidade do Morro da Providência, no bairro da Gamboa/RJ, nas cercanias da Central do Brasil e do Porto do Rio de Janeiro, onde possui hoje uma área de cerca de 15.000 metros quadrados, com quadra esportiva, ginásio coberto, auditório, salas de aulas e diversos outros espaços socioculturais que permitem à Instituição manter forte presença no local, promovendo atividades que vinculam a família, a escola e a comunidade.

Um dos objetivos estatutários do Instituto é o de contribuir para a efetiva integração dos elementos da comunidade, mediante a participação desta nos programas criados pela Instituição, programas esses que visam ao desenvolvimento do indivíduo para que, possa resgatar a autoestima e as suas potencialidades, capacitando-se assim para pleno exercício da sua cidadania, sendo também um agente de transformação social. Na busca deste objetivo, o ICP, atua em áreas de fundamental importância, nas quais presta serviços de apoio e orientação à comunidade. A linha de atuação principal é a Assistência Social. A família é atendida na área da saúde (clínico, dentista, fisioterapia, psicólogo), cursos de informática, manutenção de computador, padaria-escola; oferece atividades esportivas em convênio com a Suderj. Na área da educação atua da creche até o ensino médio.

A partir de março de 2012, através de parceria firmada entre o “Porto Maravilha” e o Instituto, estão sendo realizadas obras de infraestrutura e melhoria do espaço físico da central do povo, contemplando itens como a renovação do playground para as crianças, algumas melhorias no nosso prédio, que é muito antigo, e a construção de algumas quadras esportivas.

- Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos

História da Instituição:

A entidade luta pela preservação da memória cultural dos sítios relativos aos afrodescendentes e dos cemitérios dos Negros existentes em todo o Brasil. Foi fundada em 13 de Maio de 2005. Atende ao público em geral com cursos de preservação da memória afro.

A sede do Instituto dos Pretos Novos (IPN) está sobre o solo de um sítio arqueológico o antigo Cemitério dos Pretos Novos. O IPN é um Memorial, onde resguarda e preserva a memória do Mercado de Escravos do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX e que essa memória foi quase perdida se não fosse por obra do acaso. O achado que se deu em 1996 quando o casal Petrucio e Merced ao reformar a sua residência, foi achado os restos mortais de mais de 6.000 nativos que seriam comercializados no mercado de almas do Valongo, onde podemos dizer: “os que escaparam da escravidão para sempre”.

O IPN apresenta como missão pesquisar, estudar, investigar e preservar a memória da história e a cultura africana e afro-brasileira, cuja conservação e proteção sejam de interesse público com ênfase aos sítios históricos, aos Cemitérios Negros e a história da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo com a finalidade de valorizar a nossa identidade.

O objetivo central do Instituto é propor reflexões, executar projetos educacionais, realizar, fomentar e apoiar pesquisas acadêmicas que contribuam com a historiografia, a arqueologia e com qualquer outra questão ligadas a escravidão, assim como os seus desdobramentos, nos dias atuais.

O Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos - IPN, Museu Memorial, é também hoje um dos Pontos de Cultura do Rio de Janeiro com o projeto Memorial Pretos Novos “Resgatar a memória de um povo é preservar a Cultura de um país”. O Ponto de Cultura Pretos Novos em seu projeto oferece a alunos e professores Oficinas de História, visando a difusão e a preservação da memória da história do Brasil. No Ponto de Cultura Pretos Novos, além das atribuições que lhe conferem, há também um Espaço Cultural em sua sede, que tem por objetivo realizar exposições de artes plásticas de temática africana e afro-brasileira. O espaço cultural é também utilizado para manifestações culturais de raízes como samba, danças, entre outros.

Em 16 de novembro de 2012 a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, através do “Projeto Porto Maravilha”, anunciou a criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana e deu início às obras de restauro do Instituto Pretos Novos, além de outros pontos relevantes para a história da zona portuária.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho traz dados referentes a uma pesquisa inicial. Todavia, ainda não podemos apresentar conclusões consolidadas acerca do tema proposto por nossa investigação. Destacamos alguns pontos já observados em nossa análise até o presente momento que parecem indicar um caminho para importantes reflexões acerca do tema.

O primeiro diz respeito ao desenvolvimento da região portuária da cidade do Rio de Janeiro. A região se caracteriza historicamente por enorme relevância econômica para a cidade e para o país. Todavia, a história recente desta é marcada pelo abandono e empobrecimento da mesma, que se reflete nos aspectos estruturais e sociais da região. Os dados socioeconômicos relativos a renda e grau de escolaridade da população residente na região são um importante indicador deste cenário de abandono da região.

O “Projeto Porto Maravilha” se apresenta como um grande desafio para a região; propõem aliar concomitantemente desenvolvimento urbano e social na região. Esta proposta se apresenta como um grande desafio por inúmeros aspectos. Um dos aspectos centrais é a própria desconfiança da população da região, desacreditada por inúmeras tentativas anteriores frustradas de revitalização da área. A declaração do missionário americano da igreja Metodista Marion Washington Way Jr., um dos diretores do Instituto Central do Povo, ilustra bem esta desconfiança em relação ao projeto:

“Nós estamos recebendo as obras com muito prazer. No início, foi um pouco difícil, pois não entendíamos direito o objetivo das mudanças, mas hoje nós compreendemos e percebemos que é muito importante para a região. A região do Porto era um lugar esquecido, e agora todos estão olhando para cá e ajudando”.¹¹

Após um ano do início das ações de cunho social relacionadas ao “Projeto Porto Maravilha” – entre 2011 e 2012, observa-se o apoio direto e indireto a 140 projetos e

¹¹Fonte: <http://blogportomaravilha.com/2012/03/08/instituto/>. Data do acesso: 18/05/2013.

ações sociais diversas que se traduzem em alguns dados, tais como: os moradores da região já ocupam 15% dos postos de trabalho da operação direta do “Porto Maravilha”, excluindo deste total as contratações realizadas por outras empresas da área. O programa “Vamos Combinar”¹², realizado no Morro da Providência, tornou-se uma das atividades prioritárias apoiadas pelo projeto. O objetivo central vem sendo a construção do debate com a comunidade acerca da limpeza da região, com ênfase na localização dos pontos de instalação de novos contêineres e da elaboração de uma rotina para a coleta de lixo na área.

O desafio que nossa investigação terá pela frente será o de observar de que maneira as obras e serviços realizados na região estão de fato beneficiando os moradores da área, com oportunidades de empregos e de desenvolvimento de negócios na área, gerando assim aumento da renda da população. Esta observação parece-nos mais efetiva quando privilegiamos como fonte de análise as instituições de cunho social existentes na região. Estas instituições – sobretudo as mais tradicionais, presentes há mais tempo na região – se mostram como locais privilegiados de observação, nos quais podemos observar se de fato ocorre na região portuária do Rio de Janeiro uma melhor qualidade dos serviços e a valorização das organizações e ações sociais, através das parcerias firmadas a partir do “Projeto Porto Maravilha”.

5. BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

ALBUQUERQUE, Marli Brito Moreira de. Porto do Rio de Janeiro: estigma e história. In: *Revista Rio de Janeiro*. Niterói: UFF, 1985 v.1, n.1.

ANDREATTA, Verena. Barcelona e o Port Vell. In: _____ *Porto Maravilha Rio de Janeiro + 6 casos de revitalização portuária*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

¹² No programa Vamos Combinar, realizado pela UPP Social do morro da providência, decisões do poder público são compartilhadas. Dessa forma, representantes da comunidade participam do debate sobre os melhores lugares para a instalação de contêineres, dias e horários o para a passagem do triciclo (coletor de lixo) e programação de mutirões de coleta de entulho. Este programa tem apoio direto da CDUPR e do projeto porto maravilha. Fonte: http://portomaravilha.com.br/conteudo/vamos_combinar.aspx. Data do acesso: 21/06/2013.

- CARVALHO, Maria do Carmo A. A. *Participação social no Brasil hoje*. Polis Papers, no. 2, 1998. Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes/papers/19982.html>. Acesso em: 11set. 2011.
- COSTA, Heloísa Soares M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos? In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n.2, nov. 1999.
- LOBO, Maria da Silveira. *Guia do cidadão do Porto do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2010.
- PINHEIRO; RABHA. *Porto do Rio de Janeiro: construindo a modernidade*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2004.
- REGO, Helena. Buenos Aires e o Puerto Madero. In: ANDREATTA, Verena (org.) *Porto Maravilha Rio de Janeiro + 6 casos de revitalização portuária*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.
- ROLNIK, R. *Porto Maravilha e Nova Luz: quais serão, afinal, os benefícios públicos destas PPP's?*. Disponível em: <http://raquelrolnik.wordpress.com/>, 2011. Acesso em 24 de abril de 2013.
- TOLEDO, Mariana Peixoto de. *Participação de instituições locais em projetos de revitalização urbana: o caso do Projeto Porto Maravilha na cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE), 2012.

6. FONTES

CDURP: <http://portomaravilha.com.br/index.aspx>

Instituto Central do Povo: <http://imas-icp.webnode.com.br/quem-somos>

Instituto

Pretos

Novos:

<http://institutedepesquisadasculturasnegras.blogspot.com.br/2010/04/instituto-de-pesquisa-e-memoria-pretos.html>